



A Construção Do Monstro A Partir Do Acontecimento Jornalístico - Uma Leitura Sob A Ótica De Peirce¹

Andrio J.R. dos SANTOS²

Janaíne SANTOS³

Fundação Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, RS

Resumo

O presente artigo traz as fundamentações e resoluções do Trabalho de Conclusão de Curso homônimo que pretendeu desvendar o papel da figura do monstro mítico no imaginário humano. Para tal, foi feita análise sobre o caso do canibal Jorge Negromonte, baseada em preceitos da semiótica fundamentada por Charles Sanders Peirce, e a partir também de embasamento em torno das teorias que discutem o acontecimento jornalístico e ponderações acerca das correntes que tratam do imaginário e do mito.

Palavras-Chave: Acontecimento; Imaginário; Mito; Semiótica; Símbolo;

De onde vêm os monstros

É na consciência humana onde se proliferam as especificidades do imaginário, é onde algo sublima, constrói e reconstrói hábitos, crenças, conceitos. O imaginário tem seu caráter fantástico e, há séculos, que o homem induz sobre o mundo que o cerca.

Metafísicos, filósofos, químicos e físicos. Das ciências nascentes vieram muitos fatos hoje comprovados. É o pensamento nascente e puro onde se dão as descobertas, e é dessa forma também que surgem os mitos. Assim também se originam os monstros. Uma cultura específica tem o poder de criar seus próprios monstros, e verdadeiramente o faz, sendo que cada monstro só pode nascer, crescer e gerar descendentes dentro de uma cultura que o alimente e sustente, tanto em suas glórias, quanto em seus medos, mas de fato dando-lhe atenção.

¹ Trabalho apresentado no IJ 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013.

² Acadêmico do 7º Semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UNICRUZ, email: andrio_labrie@hotmail.com.

³ Jornalista. Mestre em Comunicação e Informação e Docente do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UNICRUZ, email: sjanaines@gmail.com.



A monstrosidade é entendida como uma transgressão das leis estabelecidas e tenta, através de sua presença singular, gerar o sentimento de temor, dúvida, aviso contra infrações ou punição. O monstro, na verdade, é aquele que “mostra” alguma coisa: a ira de Deus, uma revelação divina, as inúmeras possibilidades da natureza ou aquilo que o homem pode vir a ser. E na sua particularidade, representa uma alteração maldita ou bendita das regras conhecidas.

Até o início do século XIX o monstro era identificado pelas suas características estéticas. Não havia importância se algum fato determinava que a criatura era sábia, inculta ou perigosa, pois era a estrutura física o que definia a caracterização do monstro. Um exemplo disso é que no século XVI, com o despontar da caça às bruxas, onde milhares de mulheres foram torturadas e mortas pela inquisição católica,

“[...] a igreja vai identificar o ser delinquente, satânico e anormal na figura da mulher, preferencialmente a feiticeira, o corpo estranho por excelência em uma cultura fundamentalmente organizada em torno de valores inventados como ‘masculinos’” (LEITE JÚNIOR, 2007)⁴.

Ainda no século XIX, surgiram os *freakshows*⁵, que tornam-se sucesso na Europa no Renascimento e mais tarde alcançam a América do Norte como um negócio extremamente rentável. Nos *freak shows* o bizarro é o espetáculo e seu sucesso tem base nas anomalias e deformidades humanas. Mas a partir da metade do século XIX, devido aos avanços da tecnologia e da medicina, a concepção de monstro acabou migrando do corpo, do estado físico do ser, para a sua mente. “Já que na crença científica o mundo exterior não traz mais ‘maravilhas’, apenas aleijões, restou ao homem moderno procurar os encantos e horrores do mundo fantástico dentro de si mesmo” (LEITE JÚNIOR, 2007)⁶.

A concepção de monstro que perdura até os dias de hoje é a figura do indivíduo anormal em si mesmo, que se adapta a esta condição — transformando-se da perspectiva de aberração física para a de uma vítima ou doente que precisa de tratamento medicinal. O monstro agora é o assassino, o ladrão, o psicopata, o maníaco em todas as suas formas e

⁴ Do artigo “O que é um monstro”, publicado em 10 de setembro de 2007, por “Com Ciência, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=29&id=340>. Acesso em 19/09/2012.

⁵ Um *freak show* é uma exposição de raridades biológicas, referidos como “aberrações da natureza”. As características típicas seriam seres humanos fisicamente incomuns, surgiram na Europa, no século XIX e se tornaram imensamente populares.

⁶ Do artigo “O que é um monstro”, publicado em 10 de setembro de 2007, por “Com Ciência, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=29&id=340>. Acesso em 19/09/2012.



variáveis perturbações da psique humana. Às luzes do século XX, as áreas específicas da psique, como a psicologia e a psiquiatria, elegem então as novas aberrações modernas – o monstro interiorizado.

Contudo, o debate sobre o monstro não encontrou uma conclusão e vê-se ainda a transferência de medos para a figura monstruosa que surge vez por outra na sociedade. A monstruosidade é encarnada em inúmeros indivíduos e tem relação estreita com as situações cotidianas de agressão impregnadas na mesma.

A crença

O monstro vem da crença, é estabelecido pela forma de pensar de uma época, dando-se por trato ou pacto social, sempre gerado de um pensamento. O pensamento é o que gera a crença e uma crença, nada mais é do que algo que se torna comum, que age sobre o indivíduo e que repercute, após fixar-se, em sua posterior maneira de pensar. Segundo Peirce, crença “é apenas um estágio de ação mental, efeito sobre a nossa natureza produzido pelo pensamento que influenciará a reflexão futura” (PEIRCE, 1972, p. 56).

Observa-se ainda que “A essência de uma crença é a criação de um hábito, e diferentes crenças se distinguem pelos diferentes tipos de ação a que dão lugar” (PEIRCE, 1972, p. 56). Tal colocação tenta passar que a repetição de uma ação é o que fundamenta um hábito, pois é desta sucessão de fazeres que surge algo costumeiro e definido a cristalizar-se num indivíduo. O hábito definido é, por sua vez, o que fundamenta a crença, o que a origina. Nesta instância, justamente o que faz diferir uma crença de outra é esta repetição de ações, pois cada crença tem seu conjunto próprio de hábitos.

E é dessa definição que vem justamente o que se pode entender como algo real. Segundo Charles Peirce, “a opinião que será, afinal, sustentada por todos os que investigam [...] é o que entendemos por verdade, e o objeto que nesta opinião se representa é o real” (PEIRCE, 1972, pág 57). Logo, em muitas instâncias, a crença pode induzir o real, fomentando-lhe o poder e fixando-o no pensamento. Se se acredita que uma coisa é real, assim ela se torna, mesmo que de um ponto de vista espiritual ou abstrato em qualquer forma.



Poder-se-ia explicar como os mitos se formam na consciência através da crença, pois tudo acontece na mente e recebe significado por ela, a partir da realidade reconhecida pelo indivíduo, sua ideologia e hábitos. Assim, este fato que acontece na mente, é devido a própria obscuridade subjetiva de pensamento do indivíduo em relação a sua forma de interpretar uma sensação produzida, pois não existe nada claro na interpretação, apenas qualidades e sugestões que agem sobre algo.

[...] Imaginamos contemplar, no objeto, uma qualidade especialmente misteriosa; e se nossa concepção nos faz posteriormente apresentada sob forma clara, não a reconhecemos, devido a ausência da sensação de inteligibilidade. Enquanto perdura, o engano coloca, obviamente, invencível obstáculo no caminho do pensamento perspicaz (PEIRCE, 1972, p. 57).

O que se tenta ilustrar aqui, é que as qualidades do que se percebe no objeto do pensamento não são necessariamente as próprias qualidades deste, mas sim uma percepção que sem tem dele. Assim, forma-se uma imagem idealizada, e quando se vê posteriormente frente ao significado claro, bem conciso e definido, não se consegue reconhecê-lo diante da concepção que já se possui. Segundo Peirce, “sempre é possível serem elas (as nossas ideias) claras sem serem verdadeiras” (PEIRCE, 1972, p. 57), e por isso a crença fundamenta o mito, e por ser o monstro um existente mítico, se vale dos mesmos preceitos.

A semiótica de Peirce

Para servir como estrutura analítica para o estudo do caso, utiliza-se a semiótica fundamentada por Charles Sander Peirce. E para que se compreenda tal ciência, antes é preciso levar o olhar para a fenomenologia, ciência da observação dos fenômenos. Através dela, pode-se desvendar como o pensamento humano é capaz de gerar significados. A Fenomenologia “através da análise, postula as formas ou propriedades universais desses fenômenos” (SANTAELLA, 2005, p. 29).

Tal análise se dá em três instâncias de pensamento, que se relacionam entre si, funcionando de forma cíclica, definidas por Peirce como primeiridade, secundidade e terceiridade. A primeiridade diz respeito ao visceral, a como as qualidades são captadas



pela mente do indivíduo. É a primeira percepção de alguma coisa ou sentimento, é subjetiva e distante da superfície da consciência. Segundo Lúcia Santaella, primeiridade é “[...] uma consciência imediata tal qual é. Nenhuma outra coisa senão pura qualidade de ser e de sentir. A qualidade da consciência imediata é uma impressão (sentimento) *in totum*, indivisível, não analisável, inocente e frágil (SANTAELLA, 2005, p. 35).

A secundidade é a ligação com o existente, como o mundo reconhecível, com seus sentidos e conceitos. A secundidade “está ligada às ideias de dependência, determinação, dualidade, ação e reação, aqui e agora, conflito, surpresa, dúvida” (SANTAELLA, 2008, p. 7).

No ponto onde a secundidade passa a ser pensada, onde os sentidos que o indivíduo reconhece no mundo passam a fornecer possibilidade de apreensão, de cognição, ela passa a ser terceiridade. Neste estágio da fenomenologia, é onde ocorre o desvendamento do pensamento, a interpretação do mundo. A terceiridade “diz respeito à generalidade, continuidade, crescimento, inteligência” (SANTAELLA, 2008, p.7).

E é na fenomenologia o campo onde se dá a apreensão dos signos. Um signo é qualquer coisa capaz de representar, é “Uma coisa que representa outra coisa: seu objeto” (SANTAELLA, 2005, p. 47). Um signo é algo que representa outra coisa, mas que não é verdadeiramente esta outra coisa, apenas a substitui. Esse sentido que o signo carrega afeta a mente do indivíduo que o apreende, e nesta, gera um significado referente ao próprio objeto do signo. Mas o signo só possui capacidades de significar, só pode funcionar como signo se existir uma mente que o perceba e o apreenda. E as capacidades de representar de uma mente estão diretamente ligadas aos seus conceitos preestabelecidos, que por sua vez, estão ligados à historicidade, a localização sociocultural do indivíduo no mundo, no tempo e no espaço.

Peirce também determinou que os signos possuem objetos e interpretantes. O objeto do signo é aquilo que ele substitui, aquilo que o signo está apto a representar, como a fotografia de uma casa é o objeto do signo, que é a casa em si. O interpretante do signo é o efeito causado pelo signo, são as possibilidades de representar do signo, a maneira como ele se mostra e é apreendido. Como no exemplo anterior, pode representar se a casa está em bom estado, se é velha, se possui um estilo arquitetônico específico, etc.



Dentro das tríades, para o estudo do caso, foram utilizados os pressupostos que compõe a relação do signo com seu objeto. Assim, a primeiridade dessa relação se dá na forma de um ícone, signo que se manifesta em uma simples qualidade. O ícone é carregado de sentidos que agem sobre a mente no processo semiótico e direcionam a ressignificação que o pensamento realiza e seu objeto “[...] é sempre uma simples possibilidade, isto é, possibilidade do efeito de impressão que ele está apto a produzir ao excitar nosso sentido” (SANTAELLA, 2005, p.64).

Seu sucessor é o índice, um signo segundo que funciona fazendo menção a outra coisa com a qual está conectado de alguma maneira. Se o ícone é qualidade, o índice determina algo real, existente, a que está inegavelmente atrelado nas suas capacidades de significar. “Rastros, pegadas, resíduos, remanências são todos índices de alguma coisa que por lá passou deixando suas marcas. Qualquer produto do fazer humano é um índice mais explícito ou menos explícito do modo como foi produzido” (SANTAELLA, 2005, p. 66).

O símbolo, por sua vez, é um signo de terceiridade e não representa seu objeto devido a uma característica de qualidade, nem por estabelecer com seu objeto uma relação de fato, mas sim, adquire seu poder de representar através de uma lei fundamentada em convenção ou pacto social. O símbolo é um signo geral, e que acaba gerando um significado também geral.

[...] o símbolo não é uma coisa singular, mas um tipo geral. E aquilo que ele representa também não é um individual, mas um geral. Assim são as palavras. Isto é: signos de lei e gerais. A palavra mulher, por exemplo, é um geral. O objeto que ela designa não é esta mulher, aquela mulher, ou a mulher do meu vizinho, mas toda e qualquer mulher. O objeto representado pelo símbolo é tão genérico quanto o próprio símbolo (SANTAELLA, 2005, p. 67).

O símbolo pressupõe o ícone e o índice. No processo de construção de sentido, o índice está carregado de ícones, de qualidades e capacidades abstratas de despertar a significação, assim como um símbolo está carregado de índices, pois todo símbolo carrega as marcas que o construíram como tal.

Pela historicidade, o monstro vem representar um receptáculo onde o homem injeta seus medos, sua fé, sua crença, a maneira que agiu e age ao redor dos séculos dentro do poder de significação humano. O monstro é um tipo geral, pois é uma figura carregada



de significados, mas que não é definida como este ou aquele monstro. O monstro é como uma aura a caracterizar devido a suas capacidades icônicas e indicais. Assim, no processo semiótico, o monstro é um signo terceiro e simbólico.

O imaginário, a imagem e o mito

Para que fosse plausível alcançar um ponto de entendimento quanto a relação possível da figura do monstro com a sociedade, fez-se necessário atentar-se para dois pontos determinantes que oferecem luz a essa concepção: o imaginário e o mito. O pensamento vem floreado pelas funções da imaginação, e o campo do imaginário, por sua vez, é composto de um modo geral das imagens, símbolos, sonhos, aspirações, mitos, fantasias, muitas vezes pré-rationais e com forte conotação afetiva que existem e circulam nos grupos sociais.

Os mitos extrapolam o imaginário em vertentes e potências muito variadas, demonstrando características de ritualização, de idealização do real – campos paradisíacos, terras devastadas, cenários inóspitos – sacrifício e utopia épica, principalmente na figura dos heróis e monstros clássicos. E os símbolos, unidades de significação que compõem o mito, acabam por assumir uma capacidade de projeção de medos ou desejos, de interesses e repulsas, assim, agindo sobre o comportamento de um ser.

O imaginário é o reino da imagem, que segundo a fenomenologia, “é uma consciência e, portanto, como qualquer consciência, é antes de mais nada transcendente” (DURAND, 1996, p. 22). Ainda, uma característica segunda da imagem é que diferencia a imaginação, a forma como se ressignifica a partir de dado signo, dos outros modos da consciência, isto quer dizer “que o objeto imaginado é dado imediatamente no que é, enquanto o saber se forma lentamente por aproximações sucessivas” (DURAND, 1997, p. 22). Assim, a imagem é transcendental e arquetípica. O poder verdadeiro da imagem não está nas suas raízes e na sua capacidade arquetípica para garantir um significado, mas sim, em suas propriedades que garantem a mente à liberdade de significar, de reconstruir e renovar sentidos. Desse modo, pode-se ponderar que o imaginário serve como meio onde se propaga o caráter de representação do objeto, ou seja, o lugar no ser onde o signo ganha



vida através do poder do indivíduo de significar segundo seus medos, anseios, percepções, logo, tudo aquilo que pode agir como um segundo frente ao processo semiótico.

O imaginário não é mais do que esse trajeto no qual a representação do objeto se deixa assimilar e modelar pelos imperativos pulsionais do sujeito, e no qual, reciprocamente [...] as representações subjetivas se explicam pelas acomodações anteriores do sujeito ao meio objetivo (DURAND, 1997, p. 41).

E é justamente esse poder de libertação e a característica transcendental possuída pelo imaginário que conferem ao símbolo suas propriedades tão únicas de significar. Isso porque o símbolo não deve, tangido pelas características do imaginário, ser julgado por uma forma, mas pelo poder que possui, genérico e incisivo. Por isso, Durand retoma proposições de Bachelard e coloca que “a imagem literária é ‘mais viva que qualquer desenho’ porque transcende a forma e é ‘movimento sem matéria’” (DURAND, 1997, p. 47).

O mito se constitui de uma narrativa atemporal repleta de símbolos – que estão também fundamentados no imaginário. E o mito nasce e cresce atingindo uma forma dentro da consciência unicamente porque as características do imaginário permitem. Assim, os símbolos que compõem o mito podem justamente fazer referência, estabelecer ligações com o drama, com o romance, logo, com o sentimento, a qualidade que se refere a conceitos e sentidos como Bem e Mal, neste caso, um Mal Monstruoso, até teriomórfico⁷.

E este monstro exageradamente nefasto, composto pelas características do que está presente num pressuposto de maldade – má aparência, violência, caráter fantástico como o teriomórfico – age como uma fuga, e esta fuga, “dar-se-á necessidade moral e vital” (DURAND, 1997, p. 372). O que vem sugerir o valor do monstro dentro do mito, e este, por sua vez, notável em sua constituição fantástica frente às concepções de mundo do indivíduo.

O acontecimento jornalístico

⁷ Que tem forma ou características de animais.



Baseado em Giles Deleuze (1998), Ronaldo Henn caracteriza o acontecimento como uma singularidade. Algo sistemático, que serve como estopim de um processo. É algo que já existe, como coloca Henn, “pré-existente às coisas e articula-se como puro devir [...] é algo da ordem do inapreensível e que se desdobra nas curvas de intermináveis paradoxos” (HENN, 2010, p. 77).

Há concordância em se dizer que o acontecimento é um fato explicável como “um encadeamento – ele é um fim que culmina tudo o que o precedeu – e inscrito num contexto causal” (HENN, 2010, p. 78). E ainda, que surge como uma forma de criar potencialidades para novas interpretações da realidade e de problemáticas, pois gerar novos sentidos, e assim, produzir novas significações.

Quando se considera uma visão semiótica do acontecimento, pode-se conceber que ele contém em si “a força propulsora da semiose: apreendido na condição de signo, o irromper da sua existência desdobra-se em infinitas possibilidades de desvendamento do objeto em que encarna” (HENN, 2010, p. 79). Isso quer dizer que o acontecimento oferece nichos de onde podem brotar diversos significados. E o ato de desvendar o acontecimento seria o combustor desse processo.

O acontecimento estaria localizado no nível do objeto. Henn (2010) lembra e cita as considerações de Antunes (2008), observando que “A narrativa, ao compor eventos, motivos, atores, produz um relato que representa o acontecimento jornalístico em uma dada configuração temporal que agencia ação e interpretação” (HENN, 2010, p. 85), concluindo assim, que o acontecimento supõe uma ideia de construção. É por isso que, como cita Henn, para autores como Alsina (1989), o acontecimento faz parte da:

Construção social da realidade já que ele seria formado pelos elementos exteriores ao sujeito (objeto) que passa a reconhecê-lo e constituir-lo como acontecimento. Ele só tem sentido na medida em que afeta sujeitos ou [...] agindo no campo da experiência (que o transforma em signos) (HENN, 2010, p. 86).

Assim, o acontecimento auxilia a tramar as teias da realidade aceita como tal, porque é reconhecido como fato dissonante e particular no meio social, agindo na produção de sentidos dentro dos seus potenciais específicos. No âmbito do jornalismo – na sua capacidade e processos de produção da notícia, com sua lógica e códigos – há a capacidade de apreender o acontecimento e disseminá-lo através dos meios para a sociedade. “Será



através do jornalismo que o acontecimento na condição de signo ganhará textura definitiva” (HENN, 2010, p. 87).

O significado do acontecimento é construído pelas notícias conforme estas se disseminam, e sofre devido as suas características emocionais, como lembra Henn (2010, p. 88), ao citar Nora (1979), colocando que “[...] o seu significado intelectual, próximo de uma primeira forma de elaboração histórica, esvazia-se em proveito das suas virtualidades emocionais”. Ou seja, o significado intelectual do acontecimento é denegrido pela manipulação das suas potencialidades. A saturação do uso da imagem, da diagramação, de tipos gráficos diferenciados para articular um apelo visual que intenta atrair o indivíduo ou, ainda, despertar um sentimento geral ou específico.

O acontecimento então toma configurações particulares, relacionadas à ressignificação de cada indivíduo que o apreende, forma experiências únicas, capazes de gerar novas significações, no mesmo processo. Ainda, o jornalismo é, muitas vezes, referência no que se chama de “Representação da realidade”. Mas essa realidade, para que seja assim representada, é preciso que esteja já inserida no sujeito, de uma maneira presente, constituída e interiorizada. Meditsch coloca que uma forma de exemplificar essa maneira como a realidade é subjetivamente apreendida pelos indivíduos é observar “como uma pessoa que acorda pela manhã se transporta do mundo dos seus sonhos ao mundo da realidade cotidiana, [...] o jornal é como um dos índices do mundo real” (2010, p. 22 – 23). Isso porque o jornalismo atua como um fator contribuinte para o processo de manutenção da realidade. Seu poder está, no entanto, nas suas formas de discurso, no modo como se comunica com o ser que absorve seus produtos midiáticos:

[...] A maior parte da conservação da realidade na conversa é implícita, não explícita. A maior parte da conversa não define em muitas palavras a natureza do mundo. Ao contrário, ocorre tendo por pano de fundo um mundo que é tacitamente aceito por verdadeiro. Assim, uma troca de palavras [...] implica um mundo inteiro dentro do qual estas proposições aparentemente simples adquirem sentido (BERGER E LUCKMANN, 1985, p. 203).

E aqui se chega ao “senso comum”, essa caracterização de realidade que afirma a própria realidade da maneira como os indivíduos a apreendem e a significam, e ainda, dentro desse padrão, sua importância em relação ao “jornalismo informativo enquanto



forma social de produção de conhecimento” (MEDITSH, 2012, p. 23). Meditsh ainda cita Van Dijk para caracterizar o senso comum:

Concluindo, devemos enfatizar que, se o senso comum é identificado como as crenças gerais de uma cultura e se o surgimento das ideologias enquanto crenças de grupos específicos são baseadas em tal campo comum, as ideologias enquanto tal não são uma forma de senso comum (VAN DIJK apud MEDITSH, 2010, p. 36).

Desta forma, o senso comum é algo extremamente pertinente ao imaginário social, em suas instâncias e cargas representativas, e é também insubstituível. A cultura é a vida de uma sociedade, viva no cotidiano ou na memória, e “se a cultura está para as sociedades assim como a memória para os indivíduos, como afirmam os antropólogos, é o senso comum a sua principal forma de manifestação” (MEDITSH, 2012, p. 36).

O canibal

À exposição do caso pretende-se encontrar o ponto onde o monstro está locado no imaginário social e como o jornalismo, através da mediação do acontecimento, participa desse processo. O caso aqui referenciado tem como cenário a cidade de Garanhuns, em Pernambuco, e que figurou na mídia entre março e julho de 2012. Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, de 50 anos, sua esposa, Isabel Cristina Pires da Silveira, 51, e sua namorada Bruna Cristina Oliveira da Silva, com 25 anos, foram presos e acusados pelo assassinato de duas mulheres em Garanhuns.

De acordo com a polícia e informações divulgadas pela mídia, a seita formada pelo trio acreditava na purificação do mundo através do consumo da carne humana. O próprio Negromonte afirma que a escolha das vítimas era devido aos seus documentos. Se o número da besta⁸ fosse encontrado de alguma forma – a partir de cálculos –, então aquela seria a pessoa certa.

A figura de Negromonte foi vista com repulsa pela comunidade local. A alcunha de “monstro” foi firmada quase que instantaneamente após a divulgação da prisão e do nome do assassino das jovens. Isso garante a simbologia necessária – pela forma do crime e pelo

⁸ O número da Besta, Marca da Besta, é 666 segundo a tradição cristã.



fato de Negromonte ter transformado inúmeros habitantes da cidade em antropófagos devido a venda de empadas recheadas com carne das vítimas – para que o caso funcione como objeto de estudo.

A análise

Para o estudo do caso, foram analisadas quatro reportagens de veículos *online*. O material escolhido apresenta duas formas distintas de exposição dos fatos. Uma parte do material, dos portais de notícias G1 e Uol, foi selecionada devido a se adequar aos princípios de imparcialidade e porque se preocuparam em contar os fatos, em determinar a história com seus sentidos imbuídos e não em opinar. A outra porcentagem do material foi selecionada justamente porque é parcial, como no caso do jornal “O Povo”, de Pernambuco, que alega que Negromonte registrou as mortes em um livro “com frieza”, quando, na verdade, o livro escrito por Jorge não relata nada além de suas alucinações e agradecimentos durante o tempo em que se tratou devido à esquizofrenia.

O objetivo disso não é discutir a credibilidade dos veículos jornalísticos que noticiaram o caso, mas sim verificar qual é o impacto causado pela revelação de que um trio de assassinos canibais devorou e fez com que, mesmo passivamente, inúmeras pessoas de uma cidade também consumissem carne humana. Para tal, o caso foi analisado a partir das perspectivas semióticas da doutrina de Charles Sanders Peirce.

A figura de Jorge Negromonte, o líder da seita, foi posta em análise para que se verifique sua relação com as tríades de relações dos signos. A análise foi direcionada para a relação do signo com seu objeto, uma vez que esta é uma das tríades que Peirce explorou com maior profundidade. Além disso, é também nesta tríade, em sua terceiridade, que se encontra o símbolo como signo, o qual, segundo a proposta deste estudo, é a representação semiótica do monstro mítico. Assim, pode-se chegar a uma proposição de entendimento no que diz respeito ao papel do monstro simbólico no imaginário de uma sociedade contemporânea.

Resultados



O símbolo é um signo terceiro, da tríade de relação com o objeto, e no caso estudado, abarca a figura do monstro. Isso porque a repercussão do caso sugere que apenas um monstro seria capaz de praticar um ato que poderia ser caracterizado como uma atrocidade dentro dos padrões da sociedade. Atrocidade esta, que desperta o sentimento do horror e/ou do medo, e o entremeio entre o sentimento que o signo desperta e o monstro que cometeu o crime é um índice, o rastro, a prova, o vestígio de que o crime realmente aconteceu.

Jorge Negromonte não pode ser o símbolo, pois não é um tipo geral, ele é o assassino, o culpado confesso das três mortes e do ato de canibalismo, e sua capacidade de significar é indicial, pois sugere o terceiro geral, neste caso, o monstro. O monstro por sua vez, é associado a Negromonte pois este cometeu atos que, por questões relacionais, repletas de cargas históricas de significação e que são também implicações reais de acontecimento, sugerem a figura do monstro mítico.

Assim, o monstro mítico existe porque a figura de Jorge Negromonte, através de seus crimes, fez surgir índices, imbuídos de qualidades e sentimentos viscerais (ícones), que relacionam sua própria figura, através de seus crimes, dentro de determinações preconcebidas, de trato e convenção social, ao monstro simbólico do mito, aquele que carrega consigo a desgraça, que é o portador do mal.

O monstro mítico vem de uma ruptura com a realidade e é referido assim, subjetivamente. O fato de o texto ressaltar que Negromonte dizia ouvir vozes e cometer os crimes por instrução destas, é o ponto determinante para alocar a figura do assassino numa ruptura com os conceitos vigentes na sociedade, assim, ele não poderia ser “apenas” um assassino ou ladrão, mas algo mais profundo, que em suas disposições gerais de símbolo abarque todas as características que são postas à vista, como o destaque à brutalidade e à mente doentia. Assim, o monstro surge como figura genérica, carregada de sentidos, que passa a representar a figura de Negromonte no nível da terceiridade, ou seja, no nível da apreensão e cognição dos sentidos.

O jornalismo, por sua vez, pode mediar o acontecimento, e os ícones que se instalam no processo e que são impregnados com a carga sógnica potencial para despertar os sentimentos relativos à figura do monstro podem ser captados na produção midiática. Estes sentimentos, na secundidade, serão índices que irão conectar tais qualidades a algo



existente, estabelecendo assim a certeza de algo real. E esta certeza gerará um signo geral, o símbolo, que imbuído de tais ícones e índices, se apresentará como o monstro mítico.

Então, mesmo que Negromonte não fosse estereotipado em momento algum no material selecionado como monstro, os signos que o norteiam, os ícones que dão início ao processo semiótico e suas representações, a forma como eles são traduzidos, mediados pelo jornalismo, é que dão a ele o significado mítico apreensível subjetiva ou objetivamente. E mesmo que a palavra monstro não fosse empregada, seu sentido é inalienável. As faculdades do monstro são vivas no imaginário, no seu poder geral de sugerir e de significar.

Considerações finais

O monstro quando surge na sociedade é na forma de um acontecimento jornalístico. É um signo terceiro, um símbolo, que possui amplas capacidades de significação. O mito em si também é simbólico, pois é um tipo geral, “não é alguma coisa existente, mas uma ideia abstrata” (SANTAELLA, 2005, p. 67), capaz de carregar sentidos imbuídos na ideologia de uma sociedade e também é determinado por esta, pois afinal, o símbolo é definido por convenção social, o reflexo cultural de uma época, de um contexto histórico.

E a imagem do monstro, seja tipificada nas suas características estéticas – terimórficas, grotescas, e/ou extrapoladas – ou nas suas especificidades interiores – a sociopatia, a demêncian– é transcendental, pois vence as eras e as transformações sociais, está profundamente atrelada à cultura do homem, e nela permanece viva, colorida pelos tons do imaginário.

Sendo assim, o monstro mítico e simbólico atua como uma forma de espelho que carrega os sentidos de repulsa e medo dos homens. Sua imagem desperta sentimentos ruins e tortuosos que sugerem o mal, a bestialidade, o malefício, a ruptura da ordem social convencional e ideologicamente estabelecida. E tal imagem sugere que a figura que pratica os atos brutais, que personifica a ruptura com a realidade ideológica dos homens, seja evitada, devido ao medo, e condenada, pela constatação de sua existência, ou combatida se possível, uma vez que sua existência é a existência de algo vindo do mal.



O jornalismo, por sua vez, funciona como um disseminador de ícones. Suas produções noticiosas não apenas eternizam os signos que caracterizam o monstro, mas mantém o mito vivo, objetiva ou subjetivamente, na consciência imaginária de uma sociedade, a partir de seus veículos – impressos, online, radiofônicos e televisivos – difundem tais signos e os oferecem à apreciação de uma audiência ampla.

Daí porque a figura do monstro simbólico surge de tempos em tempos no imaginário social, ressignificada através da mediação do jornalismo. Exemplos disso podem ser vistos na extensa cobertura que receberam o “Maníaco do Parque⁹” e o “Caso Nardoni¹⁰”. E essa difusão do mito que o jornalismo propõe a partir da retomada do monstro como acontecimento, alcança um sem número de indivíduos sociais capazes de captar estes signos. Assim, o processo semiótico se dá em cada mente, significando a partir de ícones, índices e símbolos – devido a relação do signo com seu objeto – e despertando de tal modo o sentido mítico de símbolo, a imagem do monstro clássico que existiu, existe e existirá nos campos imaginários da sociedade, em sua função geral de ser a figura que encarna sentimentos e qualidades de punição e medo, daquilo que é ou vem do mal.

Referências

- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Pretrópolis: Vozes, 1985.
- DURANT, Gilbert. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HENN, Ronaldo. **O acontecimento jornalístico em sua dimensão semiótica**. IN: BENETTI, LEITE JUNIOR, Jorge. **O que é um monstro?**. Com Ciência, revista eletrônica de jornalismo científico da SBPC, 2007. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=29&id=340>
- MEDITSCH, Eduardo. **Jornalismo e construção social do acontecimento**. IN: BENETTI, PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e Filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- SANTAELLA, Lucia. **Semiótica Aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica?**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

⁹ Maníaco do Parque foi alcunha recebida por Francisco de Assis, um motoboy que, em meados de 1998, estuprou e assassinou pelo menos seis mulheres, além de ter tentado assassinar outras nove. Seus crimes ocorreram no Parque do Estado, na região sul de São Paulo, SP.

¹⁰ O caso Nardoni refere-se ao assassinato da menina Isabella de Oliveira Nardoni, de cinco anos de idade. Ela foi arremessada pela janela do sexto andar do Edifício London, no distrito da Vila Guilherme, em São Paulo, em março de 2008. O caso gerou grande repercussão, e tanto o pai da menina, Alexandre Nardoni, e Anna Carolina Jatobá, madrastra da criança, autores do crime, foram condenados por homicídio doloso triplamente qualificado.